

A NECESSÁRIA PRECLUSÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA PARA O JULGAMENTO NO TRIBUNAL DO JÚRI: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO DE LEI ANTICRIME

THE NEED FOR PREFIXING THE PRONUNCIATION DECISION FOR THE JUDGMENT IN THE COURT OF JUSTICE: A REFLECTION TO FROM THE ANTICRIME LAW PROJECT

André Luis Pontarolli¹

Edson Luiz Facchi Junior²

RESUMO: O Tribunal do Júri, instituição milenar, é sempre tema palpitante na academia. Há os incansáveis defensores e os seus severos detratores. O júri no Brasil nasceu em 1822. Era diferente, é verdade, e veio sofrendo várias alterações até chegar no modelo atual, cravada na Lei das Leis no rol das garantias fundamentais. A última alteração legislativa veio em 2008, através da Lei nº 11.689. Agora, apresenta-se um Projeto de Lei denominado “Anticrime”, pelo Ministro da Justiça, que propõe várias alterações legislativas nas leis penais e processuais penais, incluindo o rito do júri. Neste tema, são duas as propostas de alteração: a desnecessidade da preclusão da decisão de pronúncia para a ocorrência do julgamento perante o conselho de sentença e a execução provisória da pena como regra em caso de condenação pelos jurados. O problema que se apresenta através deste estudo se dá especificamente com relação à primeira alteração, que ignora por completo comandos constitucionais, como o duplo grau de jurisdição e a presunção de inocência, mesmo porque, como será dito, em um recurso contra a decisão de pronúncia muita coisa pode acontecer, desde a despronúncia até a desclassificação do crime para o de outra competência. A dita “efetividade” que se tenta aplicar nada mais representa que atropelo às garantias do cidadão, incompatível com um Estado Democrático de Direito. E é justamente desta incompatibilidade das propostas com a Constituição Federal que se constrói a crítica, concluindo que elas significam a intensificação de um Estado cada vez mais punitivista e menos garantista.

Palavras chave: Tribunal do Júri; Projeto de Lei Anticrime; Pronúncia.

ABSTRACT: *The Jury's Court, a millennial institution, is always a throbbing theme in academia. There are the relentless defenders and their harsh detractors. The jury in Brazil was born in 1822. It was different, it is true, and it underwent several changes until arriving at the current model, enshrined in the Law of the Laws in the roll of the fundamental*

¹ Mestre em Direito pela UNINTER. Professor de Direito Penal e Criminologia do Centro Universitário UniOpet. Advogado criminal. E-mail: andre_pontarolli@hotmail.com.

² Especialista em Ciências Criminais (2016) pela Faculdade de Educação Superior do Paraná. Graduado em Direito (2013) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Advogado criminal. Associado da ABRACRIM/PR. E-mail: elfacchi.adv@gmail.com.

guarantees. The last legislative amendment came in 2008, through Law 11,689. Now, a bill called "Anticrime" is presented by the Minister of Justice, who proposes various legislative changes in criminal and criminal procedural laws, including the jury rite. In this regard, there are two proposed amendments: the need to have the pronouncement of the pronouncement pronounced for the trial before the sentencing council and the provisional execution of the sentence as a rule in case of conviction by the jury. The problem that arises in this study is specifically in relation to the first amendment, which completely ignores constitutional commands, such as the double degree of jurisdiction and the presumption of innocence, even though, as will be said, in an appeal against the decision of pronouncement a lot can happen, from the disbandment to the declassification of the crime to the one of another competence. The so-called "effectiveness" that is attempted to do nothing more than violate the guarantees of the citizen, incompatible with a Democratic State of Right. And it is precisely this incompatibility of the proposals with the Federal Constitution that constructs the criticism, concluding that they mean the intensification of an increasingly punitive and less guaranteeing State.

Keywords: Court of the Jury; Anti-Crime Law Project; Pronunciation.

1. INTRODUÇÃO

Prefacialmente, necessário traçar algumas linhas, dentro deste artigo, sobre o rito do Tribunal do Júri: sejam elas sobre a sua história ou sobre sua constitucionalidade.

O tema do Tribunal do Júri sempre foi muito palpitante nos bancos acadêmicos de Direito: muitos são os seus adeptos e também seus detratores. Há aqueles que acreditam na instituição do júri como símbolo extreme da democracia. Por outro lado, também se manifestam os que acreditam ser, o júri, a instituição que promove injustiças.

De qualquer forma, o júri nasce, no Brasil, por força de Lei de 18 de julho de 1822, pouco antes da independência (7 de setembro de 1822) e da primeira Constituição Brasileira (1824), sob forte influência inglesa, funcionando apenas para os crimes de imprensa. Os jurados, na época, eram eleitos³. A Constituição de 1824 o estendeu às ações cíveis e criminais. Com o advento do Código de Processo Criminal do Império, em 1832, a competência do júri expandiu para quase todos os crimes⁴.

Dessa forma, criou-se o *Júri de Acusação*, composto por vinte e três jurados, e o *Júri de Sentença*, composto por doze membros. Sobreveio a Lei nº 261, de 1841, extinguindo o *Júri de Acusação*, transferindo a responsabilidade pela sentença de pronúncia à polícia e aos juízes municipais. Com a República, em 1890, fora criado o júri federal, constituído de doze jurados⁵.

³ RANGEL, Paulo. Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012, p.60.

⁴ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 789.

⁵ TUCCI, Rogério Lauria. Tribunal do Júri: estudos sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. Coord: Rogério Lauria Tucci. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 31-32.

O texto constitucional de 1937 não dispôs sobre o júri, ficando a cargo do Decreto-Lei nº 167, de 5 de janeiro de 1938, a sua disciplina, com duas grandes alterações: o número dos jurados passou a ser de sete, e aboliu-se a soberania das decisões dos jurados, que reapareceu na Constituição de 1946⁶. Finalmente, a Carta Magna de 1988 manteve o Tribunal do Júri no rol das garantias fundamentais.

Não por menos, o júri sempre foi instituição garantista e humanitária: as mais antigas lembranças do tribunal popular no mundo remontam a esta conclusão. O art. 5º, inciso XXXVIII, da nossa Lei Maior, assegura expressamente: i) a plenitude de defesa; ii) o sigilo das votações; iii) a soberania dos veredictos e iv) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

O júri, pois, é garantia do acusado em se ver julgado pela sociedade e não por um juiz togado que, não raras vezes, está viciado pela letra fria da lei. O júri não necessita disso: não está adstrito a cordas legais, julgando com sua consciência.

Concordamos com BRETAS quando pontifica:

Por conta desse agulhão de humanidade, ínsito aos crimes contra a vida, foi que o constituinte quis dar ao acusado um olhar mais plural, menos poluído pela tecnicidade mutiladora da sensibilidade que mecaniza o ser humano e robotiza o seu comportamento. Assim, o júri pode lançar sobre o indivíduo um olhar mais completo, concebendo o ser humano em sua plenitude, engendrada por múltiplos fatores, na sua deficiência e na sua exuberância, descortinando os meandros impenetráveis da alma, desvendando as filigranas insondáveis do espírito, que arrastam e precipitam o homem ao extremo de si mesmo.⁷

Evandro Lins e Silva, citando Casamayor, juiz francês, vaticina que *“o júri é a imagem mais fiel, é o símbolo da solidariedade humana. A indulgência não é defeito, é virtude, e a consciência caminha, de preferência, no sentido do perdão, como a História caminha no sentido da atenuação da pena”*⁸. Da voz do ex-promotor de júri, o professor Edilson Mougenot Bonfim, é que, certa vez, ecoou a frase: *“quem nunca fez um júri é como quem nunca amou; e quem nunca amou, nunca viveu”*.

⁶ TOURINHO FILHO, p. 789.

⁷ BRETAS, Adriano. Apontamentos de Processo Penal. Curitiba: Sala de Aula Criminal, 2017, p.227.

⁸ LINS E SILVA, Evandro. A Defesa Tem a Palavra. Rio De Janeiro: Aide Editora, 1980, p. 73.

2. A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO PENAL NO JÚRI: A SUPOSTA EFETIVIDADE QUE ATROPELA GARANTIAS

O “Projeto de Lei Anticrime” proposto pelo Ministro da Justiça, Sérgio Moro, é enfático em trazer, no tópico II, o título que antecede as alterações do Código de Processo Penal relativamente ao Tribunal Popular: “*Medidas para aumentar a efetividade do Tribunal do Júri*”.

Já por aí se vê como tal projeto é falho em sua proposta. Efetividade para quê(m)?

Em primeiro lugar, é necessário discorrer brevemente sobre o procedimento que seguem os crimes dolosos contra a vida. Esses delitos são apenados, em regra, com penas de reclusão, exceto o infanticídio e o aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento, punido com detenção.

Referido procedimento vem exposto nos artigos 406 *usque* 497 da lei processual penal, e é marcado por ser escalonado, ou o que se chama de procedimento bifásico. Isso porque, num primeiro momento, tem-se o procedimento que vai do recebimento da denúncia até a decisão de pronúncia, chamado de *judicium accusationis*, ou “formação de culpa”. Essa *formação da culpa* é exercida pelo próprio juiz togado. Depois, num momento posterior, inicia-se a segunda fase, que se encerra com o julgamento pelo Tribunal do Júri. A este procedimento se dá o nome de *judicium causae*.

Ou seja: para que um acusado de cometer crime doloso contra a vida ocupe assento no banco dos réus perante o conselho de sentença, onde ocorre toda a magia e o misticismo inerente ao Tribunal do Júri, é necessário, antes de tudo, como premissa elementar, que se supere a primeira fase (*judicium accusationis*) do procedimento bifásico que possui este rito especial.

Isso tudo, claro, demanda tempo. O Código de Processo Penal, em seu art. 412, prevê a duração para a *formação da culpa*: 90 (noventa) dias. É claro que referido texto legal torna-se letra morta diante de circunstâncias peculiares de cada caso. Mas, em regra, o procedimento deve seguir o prazo supramencionado.

De maneira a tolher dilações indevidas (de ambas as partes) é que o procedimento deve ser analisado à luz de princípio constitucional: a duração razoável do processo e a celeridade de sua tramitação (art. 5º, inc. LXXVIII).

Deve-se tomar muito cuidado com essa temática. Afinal, entre dilação indevida, de um lado, e celeridade precipitada, de outro, onde encontrar o prazo razoável de duração de um processo? O professor BRETAS avulta as indagações:

Afinal, o que vem a ser um prazo “razoável”? Quais os critérios objetivos que podem nortear a aferição da razoabilidade temporal? Trata-se, sem dúvida, de um terreno epistemológico um tanto delicado. A razoabilidade seria cronometrada dentro dos limites rígidos? Ou seria possível flexibilizar a extensão temporal de um processo de acordo com as peculiaridades inerentes a cada caso em espécie? O prazo razoável para a conclusão de um processo seria fixado em qual medida de tempo: dias, semanas ou meses?⁹

Tais inquietações demonstram, desde já, a delicadeza e seriedade com que o tema deve ser enfrentado. A dita “efetividade” não pode significar, nunca, um atropelo às garantias pela aceleração do que LOPES JR chama de “tempo de direito”. Neste viés, o autor defende uma aceleração do tempo do processo da perspectiva de quem o sofre, enquanto forma de se encurtar o tempo de duração da pena. E somente neste caso! Não se trata, então, “*da aceleração utilitarista como tem sido feito, através da mera supressão de atos e atropelo de garantias processuais, ou mesmo a completa supressão de uma jurisdição de qualidade, como ocorre na justiça negociada, senão de acelerar através da diminuição da demora judicial com caráter punitivo*¹⁰”.

O que se quer dizer com isso é que a única forma de se admitir uma aceleração no processo penal é justamente contra vilipêndios às garantias do acusado. É justamente contra medidas de caráter punitivo no curso do processo que se admite a crítica à (de)mora jurisdicional.

O direito ao processo em prazo razoável, ensina BADARÓ:

Deve ser analisado em um duplice aspecto: (1) o direito a um processo penal ou de qualquer outra natureza (civil, trabalhista...), em prazo razoável ou sem dilações indevidas; (2) o direito ao desencarceramento do acusado preso cautelarmente, caso não seja julgado em um tempo razoável ou sem dilações indevidas¹¹.

Antes, inclusive, referido direito já era preconizado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH), em seu art. 8.1: “*Toda pessoa tem direito a ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer*

⁹ BRETAS, Adriano Sérgio Nunes. O Excesso de Prazo no Processo Penal. Curitiba: JM Editora, 2006, p. 55.

¹⁰ LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 94.

¹¹ BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 69.

acusação penal formulada contra ela, ou para que se determinem seus direitos ou obrigações de natureza civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza”.

Em contrapartida, ao que parece, o projeto de lei em questão, denominado “Anticrime”, trata de uma “efetividade” para punir. E aí não pode: o desprezo às garantias torna-se evidente, pois.

As formalidades que compõem o processo penal não devem ser vistas como embaraço à justiça. Pelo contrário, são garantias do acusado. Não se pode apressar o rito apenas sob o pretexto da celeridade, quando, a bem da verdade, está se mutilando a segurança jurídica do processo. Eis o ponto nevrálgico da questão.

Portanto, é engano pensar que um projeto de lei que vem para “aumentar a efetividade” do tribunal do júri, alterando dispositivos que garantem ao acusado a sua presunção de inocência até o trânsito em julgado do processo, não seja sôfrego, precipite, esbaforido. Afinal, como afirmou TORON¹², “*muita celeridade na realização do julgamento popular pode ser sinônimo de linchamento institucional*”.

Não se pode cair na armadilha punitiva de querer, a pretexto de uma garantia (celeridade processual), renunciar outra (devido processo legal). Aliás, o direito de ser julgado num prazo razoável não autoriza quem quer que seja (nem o legislador) a interpretação cega de que o “razoável” seja, sempre e sempre, a celeridade. Não. O “razoável” é sempre o coerente, o sensato, o detentor de bom senso, o comedido, o moderado, sem excesso, o suficiente. E é nessa dicotomia entre a excesso e a insuficiência, entre o excelente e o péssimo, entre a demora e a rapidez que reside a *duração razoável do processo*, esta sim, garantia do cidadão.

“Mas o próprio texto constitucional, quando fala da duração razoável do processo, prossegue, no mesmo inciso, dizendo que também é garantia de todos meios que assegurem a celeridade de sua tramitação!”, diriam os atentos ao texto da lei. Bem que fez o legislador: não se está criticando, repita-se, a celeridade do processo. A crítica é a celeridade excessiva que beira à precipitação. E aí se despreza o *devido processo legal*, que também tem lugar nas garantias fundamentais (art. 5º, inciso LIV, CF).

Em síntese, o que se quer dizer, e o que será melhor exposto adiante, é que o PL Anticrime, neste ponto, visando “aumentar a efetividade do tribunal do júri” nada tem a ver com o comando constitucional da celeridade, senão que representa um vilipêndio às garantias de quem amarga o banco dos réus.

¹² TORON, Alberto Zacharias. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/toron-critica-ambicao-encarceradora.pdf>.

3. DECISÃO DE PRONÚNCIA E SEUS REFLEXOS

A primeira fase, então, do procedimento inerente aos processos do júri, finaliza com a decisão de pronúncia. Reza o art. 413 do Código de Processo Penal que o juiz, de forma fundamentada, se estiver convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, pronunciará o acusado. O artigo seguinte reflete a lógica contrária: se o magistrado não verificar a existência dos requisitos já citados, ele impronunciará o acusado.

Na decisão que pronuncia o réu, o juiz deve se limitar à indicação da materialidade e da existência dos indícios suficientes de autoria ou participação, conforme o caso, especificando as circunstâncias qualificadores e as causas de aumento de pena, se houver.

A pronúncia não condena nem absolve: apenas decide se o acusado será submetido ao julgamento pelo Tribuna do Júri ou não. Se presentes os requisitos do *caput* do art. 413, do Código de Processo Penal, pronuncia-se. Por isso se diz que é uma decisão interlocutória mista não terminativa, que não produz coisa julgada material, mesmo porque pode haver a desclassificação para outro crime pelo conselho de sentença.

Por este motivo, e tendo em vista que a decisão deve ser fundamentada (não foge aos requisitos constantes no art. 381 do Estatuto Adjetivo Penal), é preciso especial cautela para não contaminar, com o *decisum*, o juiz natural da causa: os jurados. Por isso da limitação na sua fundamentação (art. 413, §1º).

É inescusável, porém, encarar a realidade em afirmar que, apesar da doutrina tradicional lhe conferir a natureza de decisão interlocutória não terminativa mista, o juiz, ao pronunciar o acusado, imiscui-se no mérito da causa. Essa invasão é corolário lógico da fundamentação necessária que a decisão deve ter, por força legal. Aliás, não fosse assim, o juiz não poderia enfrentar as teses defensivas. NUCCI é quem vaticina:

Aplicando-se, literalmente, a novel norma, estaria o juiz impedido de tecer comentários em relação a outra matéria que não fosse diretamente vinculada à materialidade do fato (prova de sua existência) e indícios suficientes de autoria. As teses porventura levantadas pela defesa, buscando a absolvição sumária, por exemplo, poderiam ser deixadas de lado. [...] Em suma, se a decisão de pronúncia for sucinta e ligar-se, apenas, à materialidade e à autoria poderia gerar vício insanável, por inconstitucionalidade.¹³

¹³ NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p.688.

Ainda, CAMPOS pontifica que “*embora a decisão não absolva ou condene o acusado, acaba por analisar o mérito do processo*”, pois que, segundo o autor, “*o juiz deve aquilatar se há prova da existência do crime e de autoria, e o único modo de fazê-lo é estudando os elementos de convicção carregados à causa, penetrando, portanto, no mérito da causa*”¹⁴.

Portanto, arrostando essa verdade, outro problema surge: o juiz, na decisão de pronúncia, deve ter muito cuidado com o excesso de linguagem, para que não haja a indevida irrupção na mente dos jurados, influenciando-os em suas decisões. Uma vez influenciados, e que a decisão dos jurados é imotivada, revela-se um problema: não se saberá se a fundamentação da decisão de pronúncia obteve peso para o veredito.

Por isso é que PORTO, citando Frederico Marques, afirma que “*o magistrado que prolat a sentença de pronúncia deve exarar a sua decisão em termos sóbrios e comedidos, a fim de não exercer qualquer influência no âmbito dos jurados*”¹⁵, sob pena, inclusive, de nulidade da decisão.

Na mesma linha de preocupação é que o legislador, no art. 478, §1º, do CPP, deixou claro que as partes – acusação e defesa – não podem fazer referência à decisão de pronúncia e às decisões posteriores que a confirmaram.

Quando se tem em mente que a Constituição Federal confere ao júri a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, há sempre a inquirição do porquê da existência de uma decisão de admissibilidade da acusação. Qual a sua razão, já que a competência, para tanto, é dos jurados? A resposta, também em sintonia com a Magna Carta, é que a decisão de pronúncia, prolatada pelo juiz togado, visa proteger o acusado de injustiças que pode cometer um juiz leigo, que julga sem precisar fundamentar.

Ou seja: a razão de ser da decisão de pronúncia é justamente evitar que injustiças ocorram, perfazendo-se uma garantia do acusado. GRECO FILHO, discorrendo acerca da pronúncia, leciona desta maneira:

Em sendo o veredicto do júri qualificadora pela soberania, que se consubstancia em sua irreformalidade em determinadas circunstâncias, e tendo em vista a ausência de fundamentação da decisão, a função, às vezes esquecida, da pronúncia é a de impedir que um inocente seja submetido aos riscos do julgamento social irrestrito e incensurável. (...) Em outras palavras, a função do juiz togado na fase de pronúncia é a de evitar que alguém que não mereça ser condenado possa sê-lo em virtude de julgamento soberano, em decisão, quiçá, de vingança pessoal ou social. Ou seja,

¹⁴ CAMPOS, Alfredo Cunha. O Novo Júri Brasileiro. São Paulo: Primeira Impressão, 2008, p. 82-83.

¹⁵ PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993, p. 111.

PONTAROLLI, André Luis. FACHI Junior, Edson Luiz. A necessária preclusão da decisão de pronúncia para o julgamento no tribunal do júri: uma reflexão a partir do projeto de lei anticrime. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

cabe ao juiz na fase de pronúncia excluir do julgamento popular aquele que não deva sofrer a repressão penal.¹⁶

Daí que impende trazer à baila um dos problemas mais sintomáticos da decisão de pronúncia: é que nesta fase a doutrina e a jurisprudência pacífica entendem que vigora o “princípio” do *in dubio pro societate*. Ou seja, deve, o juiz, decidir, se houver dúvida, “em favor da sociedade”. E esse é um grande problema. Embora o entendimento, como já dito, seja pacífico, cabe divergir com todas as forças. Mesmo porque a utopia de hoje é a realidade de amanhã.

Discorda-se de BONFIM quando diz:

Não há como sustentar uma impronúncia fundamentada no brocardo *in dubio pro reo*”, posto que “nessa fase processual há inversão da regra procedimental para a do *in dubio pro societate*, em razão do que somente diante da prova inequívoca é que deve o réu ser subtraído ao julgamento pelo Júri, seu Juízo natural¹⁷.

Ora, ora! “Em favor da sociedade” já se julgou muito mal. As mais grotescas injustiças foram cometidas em nome ou em favor da maioria, à exemplo de Jesus Cristo:

E, respondendo o governador, disse-lhes, qual desses dois quereis vós que eu solte? E eles disseram: Barrabás. Disse-lhes Pilatos: que farei, então, de Jesus, chamado Cristo? Disseram-lhe: seja crucificado! O governador, porém, disse: mas que mal fez ele? E eles mais clamavam, dizendo: seja crucificado! Então, Pilatos, vendo que nada aproveitava, antes o tumulto crescia, tomando água, lavou as mãos diante da multidão, dizendo: estou inocente do sangue deste justo; considerai isso.¹⁸ grifamos

O Cristo inocente foi tido como culpado em nome da... sociedade. Pilatos poderia ter evitado o mal. Mas não o fez: atuou como o juiz togado na fase de pronúncia. No livro de Marcos, as sagradas escrituras relatam a mesma passagem da seguinte forma (capítulo 15, versículo 15): “Então, Pilatos, querendo satisfazer a multidão, soltou-lhes Barrabás, e, açoitado Jesus, o entregou para que fosse crucificado”¹⁹ (grifo meu).

STRECK diz que o Poder Judiciário, e mais especificamente o Supremo Tribunal Federal “*não existe para corresponder aos sentimentos da sociedade*”, pois que sua “*legitimidade não está e nem deve estar subordinada à tônica da ‘voz das ruas’*”. Finaliza

¹⁶ GRECO FILHO, Vicente. Tribunal do Júri: estudos sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. Coord: Rogério Lauria Tucci. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999, p. 118-119.

¹⁷ BONFIM, Edilson Mougnot. Júri: do inquérito ao plenário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 107.

¹⁸ Bíblia do Pescador, versão Almeida Revista e Corrigida. Tradução de Vasti Rodrigues e Silva e Karen de Andrade Bandeira, no livro de Mateus, capítulo 27, versículos 21 a 24. Rio de Janeiro: CPAD, p. 1029.

¹⁹ Bíblia do Pescador, p. 1056.

citando a professora alemã Ingeborg Maus quando ela diz que “o Judiciário não é o superego da sociedade”²⁰.

Essa é a questão: o Poder Judiciário não pode “jogar pra galera”. Não! Ele deve ser, sempre, contramajoritário. E nos parece claro que o que a decisão de pronúncia faz é exatamente isso. Não só decisões “populistas” pelos juízes togados, mas a decisão de pronúncia também. Sabe-se que não se tem provas... mas o povo grita: “crucifica!”. Sabe-se que pode ocasionar uma injustiça irremediável... mas o povo continua gritando: “crucifica!”.

Ademais, e apesar de ser entendimento pacífico, não se pode deixar de indagar qual a fonte de referido “princípio”. De onde vem? Qual a sua base? Quando a Constituição da República adota um sistema eminentemente acusatório, optando pela presunção de inocência, não excepciona o sacrossanto princípio do *in dubio pro reo* no caso de pronúncia.

Mesmo porque o art. 414 do Código de Processo Penal dispõe que, não se convencendo da materialidade do fato, o juiz impronunciará o acusado. Ora, se ele não se convencer, isto é, se não tiver certeza da existência do crime, não pode pronunciar o réu. Quando à autoria, deve verificar a existência de indícios suficientes. Aqui também, se os indícios forem insuficientes, o magistrado tem que impronunciar o acusado. Seja como for, na dúvida, o juiz togado deve(ria) impronunciar o acusado.

O malsinado “princípio” é um contrassenso que levou PITOMBO o rechaçar²¹:

É fácil, na sequência, perceber que a expressão *in dubio pro societate* não exhibe o menor sentido técnico. Em tema de direito probatório, afirmar-se: ‘na dúvida, em favor da sociedade’ consiste em absurdo lógico-jurídico. Veja-se: Em face da contingente dúvida, sem remédio, no tocante à prova – ou melhor, imaginada incerteza – decide-se em prol da sociedade. Dizendo de outro modo: Se o acusador não conseguiu comprovar o fato, constitutivo do direito afirmado, posto que conflitante despontou a prova; então, se soluciona a seu favor, por absurdo. Ainda, porque não provou ele o alegado, em face do acusado, deve decidir-se contra o último. Ao talante, por mercê judicial o vencido vence, a pretexto de que se favorece a sociedade: *in dubio contra reum*.

A reflexão final acerca do tema fica por conta de CAMPOS:

Qual o sentido de se remeter a julgamento pelo tribunal do Júri o réu a favor de quem já existam provas, embora não perfeitas ou acabadas, de causas excludentes de ilicitude ou dirimentes de culpabilidade (sem outras que a rechacem), que o levarão, muito provavelmente, a ser absolvido? Não seria a pronúncia, nesse caso, um inútil constrangimento impingido ao acusado, quando não há prova séria da existência de fato ilícito e de autoria culpável? (...) Como se percebe, o melhor, cotejando-se os

²⁰ STRECK, Lênio. Sobre “presunção”: ainda que estivesse certo, Barroso estaria errado. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2019-abr-04/senso-incomum-presuncao-ainda-estivesse-certo-barroso-estaria-errado>.

²¹ PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Pronúncia e o *in dubio pro societate*. Boletim do Instituto Manoel Pedro Pimentel, n. 17, jul-set. 2001, p. 6.

efeitos das três possibilidades (pronúncia, impronúncia e absolvição sumária), é optar-se pela impronúncia, respeitadora dos interesses do indivíduo e da sociedade.²²

Na dúvida, impronuncia-se! Claro! Essa é a regra constitucional de um processo penal acusatório, seja qual procedimento for. Enfim, fato é que a decisão de pronúncia, ainda que levante todas essas questões e seja alvo fácil de críticas de parte da doutrina comprometida com o Estado Democrático de Direito, conforme dispõe o artigo 421 do *códex*, deve precluir antes que seja remetida ao juiz presidente do Tribunal do Júri.

4. O PERIGO DO PROJETO ANTICRIME E A NECESSÁRIA PRECLUSÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA À GUIA DE CONCLUSÃO

Chega-se, então, ao ponto nevrálgico do presente estudo: a desnecessidade da preclusão da decisão de pronúncia como “medida para aumentar a efetividade do Tribunal do Júri” no projeto de lei denominada pelo então Ministro de Justiça “Anticrime”. Colaciona-se o que quer fazer alterar o projeto:

Art. 421. Proferida a decisão de pronúncia e de eventuais embargos de declaração, os autos serão encaminhados ao juiz-presidente do Tribunal do Júri, independentemente da interposição de outros recursos, que não obstarão o julgamento.

§ 1º Havendo circunstância superveniente que altere a classificação do crime, o juiz ordenará a remessa dos autos ao Ministério Público.²³

Em um português muito claro: o projeto de lei determina que o acusado seja submetido ao julgamento em plenário pelo Tribunal do Júri, ainda que a decisão de pronúncia esteja sendo atacada nos tribunais superiores, por via de recurso em sentido estrito. Eliminou, pois, o efeito suspensivo do recurso, alterando, para tanto, o disposto no §2º do art. 584.

Veja-se a nova redação: “§ 2º O recurso da pronúncia não tem efeito suspensivo, devendo ser processado através de cópias das peças principais dos autos ou, no caso de processo eletrônico, dos arquivos”²⁴.

O magistrado e professor NUCCI é quem pontifica, sobre a decisão de pronúncia:

²² CAMPOS, Walfredo Cunha. Tribunal do Júri: teoria e prática. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2013, p. 81.

²³ Disponível em <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549284631.06/projeto-de-lei-anticrime.pdf>.

²⁴ Hoje, referido texto legal dispõe assim: “Art. 584. Os recursos terão efeito suspensivo nos casos de perda da fiança, de concessão de livramento condicional e dos ns. XV, XVII e XXIV do art. 581. § 2º O recurso da pronúncia suspenderá tão-somente o julgamento.” grifamos

Gera, somente, coisa julgada formal, ou seja, preclusão para o juiz, que não poderá alterá-la, salvo por motivo superveniente, devidamente previsto em lei. Entretanto, deve-se aguardar o trânsito em julgado, sem mais possibilidade de ingresso de qualquer recurso, afinal, a pronúncia passa a ser o espelho fiel da acusação em plenário, eliminado que foi o libelo²⁵.

Não à toa o legislador, no art. 476, augurou que “encerrada a instrução, será concedida a palavra ao Ministério Público, que fará a acusação, nos limites da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação”. Ou seja: em plenário, o *parquet* fará a acusação baseado na e nos limites da pronúncia. É de MARQUES²⁶ a ideia de que “*os atos preliminares do judicium causae não podem ter início antes de tornar-se imutável a sentença de pronúncia*”, pois “*quando operar-se a preclusão no tocante à pronúncia, terá início o juízo da causa*”.

O projeto, neste ponto, merece desaprovação. Ora, se a decisão de pronúncia carrega uma responsabilidade enorme ao ser garantia do acusado em se ver livre de ser submetido ao tribunal popular por uma acusação mal provada, que sentido faz que se mande ao júri, imediatamente após essa decisão, o réu que discute e argumenta que ela é falha e merecedora de reforma? Nenhum!

É bem verdade que se tem, aos poucos, admitido, a contrário *legem*, que se submeta, o acusado, a júri, quando pendentes recursos extraordinários. Seria talvez, uma saída alternativa contra uma dita “inefetividade” do Tribunal do Júri. E isso, por si só, já representa um perigo. Mas, agora, autorizar um julgamento pelos juízes leigos quando irresoluta a via recursal ordinária? É um erro gravíssimo. Em recurso em sentido estrito muita coisa pode acontecer: o réu pode ser *despronunciado*, ou *absolvido sumariamente*, ou haver a *desclassificação* para outro crime, ou uma qualificadora ou uma agravante pode ser afastada... Enfim, o recurso em sentido estrito autoriza o Tribunal a adentrar ao mérito profundo, no reexame aprofundado das provas, ao contrário dos recursos extraordinários.

É, pois, de uma irresponsabilidade desmedida o que o projeto prevê. A grande pergunta é: o que ocorrerá se sobrechegar o julgamento pelo tribunal do júri antes do julgamento do RSE? Restará prejudicado ante o julgamento superveniente, independente se o veredito for de absolvição ou condenação? Ou, em caso de reforma para beneficiar o réu (seja a despronúncia, a absolvição sumária, a desclassificação ou o afastamento de qualificadoras ou agravantes), anular-se-ia o julgamento pelos jurados? Não se sabe.

²⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 16. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017, p. 1033.

²⁶ MARQUES, José Frederico. A Instituição do Júri. Ed. Atualizada. Bookseller, Campinas, 1997, p. 428-429.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar, ao concluir sobre a hipótese em análise, que, qualquer que for a *práxis* adotada, se o projeto for aprovado, nenhuma delas se explica. Na primeira hipótese, o recurso em sentido estrito metamorfosear-se-ia em letra morta (eis que ficaria prejudicado, não sendo, sequer, julgado). Na segunda, se o julgamento do recurso permanecer mesmo com a ocorrência do júri, despronunciando-se o acusado ou absolvendo-o sumariamente, a situação ainda é mais grave: de um lado, se o réu tiver sido absolvido, restará uma cicatriz irremovível no acusado, consubstanciada pela mancha de sentar no banco dos réus e amargar o sofrimento de um julgamento injusto e desnecessário. De outro lado, se tivesse sido condenado no júri, com a superveniência da decisão que lhe favorece nos tribunais superiores, remanescerá o sentimento de inutilidade do julgamento, que movimentou todo um aparato estatal para nada, a não ser de macular a imagem, mais uma vez, do desgraçado inocente.

Mas vamos mais longe: e se o júri ocorrer e o posterior julgamento do recurso em sentido estrito afastar, por exemplo, as qualificadoras? Anula-se o júri, desgastando o Estado e, pior, o acusado novamente? Isso sem falar no peso que o julgamento do júri teria no futuro julgamento do recurso da pronúncia. O Tribunal não se sentiria nem um pouco à vontade em despronunciar um acusado que foi condenado pelos jurados.

Em todos os casos, haverá um prejuízo enorme ao acusado. E o que é pior: com o risco deste estar preso (é bom que se diga que o projeto prevê a determinação de prisão automática em caso de condenação no tribunal do júri, o que já vem, infelizmente, sendo ratificado pelo Supremo Tribunal Federal em algumas decisões, ainda isoladas – à exemplo do HC nº 118.770/SP, de relatoria do Min. Roberto Barroso). Um festival de normas punitivistas que ferem de morte princípios constitucionais: o do *devido processo legal*, o da *ampla defesa*, o da *presunção de inocência*, o da *duração razoável do processo*, o da *plenitude da defesa*, entre outros.

Resta finalizar com as palavras de TORON, que em ferrenha crítica ao projeto, assevera que “*a reforma proposta pelo projeto ao art. 421 do CPP e reafirmada pelo §2º do art. 584, é, no particular, pífia e atenta contra uma sistemática quase secular em nome de uma demagógica celeridade. Melhor seria a fixação de prazos para os Tribunais julgarem os recursos ordinários com mais celeridade*”²⁷.

²⁷ TORON, Alberto Zacharias. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/toron-critica-ambicao-encarceradora.pdf>

Não à toa que VOLTAIRE, no alto de sua sabedoria, desabafou:

Não é de hoje que se diz que a justiça é frequentemente injusta. *Summus jus, summa injuria* é um dos provérbios mais antigos. Há várias maneiras pavorosas de ser injusto: por exemplo, a de suplicar da roda o pobre Calas com base em indícios equívocos e a de tornar-se culpado de derramar sangue inocente por acreditar demais em vãs presunções.²⁸

Por fim, parece que projetos como esse possuem, através de seus signatários, conforme reza a lenda contada a partir do eterno tribuno Evandro Lins e Silva, a síndrome da deusa Demeter, que, tentando purificar o réu (quer-se acreditar nisso...), o faz jogando-o num leito de brasas que é a prisão. Somos e seremos, sempre e sempre, Neera, rainha e mãe diligente, e repeliremos todas as que fizerem como a deusa. Afinal, tais “deuses” podem ser até perdidos, mas o acusado, ser humano, personificado na criança da lenda, deve-se salvar²⁹.
Doa a quem doer. Demore o tempo que demorar.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bíblia do Pescador, versão Almeida Revista e Corrigida. Tradução de Vasti Rodrigues e Silva e Karen de Andrade Bandeira, no livro de Mateus, capítulo 27, versículos 21 a 24. Rio de Janeiro: CPAD.

BONFIM, Edilson Mougenot. Júri: do inquérito ao plenário. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRETAS, Adriano. Apontamentos de Processo Penal. Curitiba: Sala de Aula Criminal, 2017.

_____. O Excesso de Prazo no Processo Penal. Curitiba: JM Editora, 2006.

CAMPOS, Alfredo Cunha. O Novo Júri Brasileiro. São Paulo: Primeira Impressão, 2008.

_____. Tribunal do Júri: teoria e prática. 2. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

GRECO FILHO, Vicente. Tribunal do Júri: estudos sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. Coord: Rogério Lauria Tucci. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

LINS E SILVA, Evandro. A Defesa Tem a Palavra. Rio De Janeiro: Aide Editora, 1980.

LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MARQUES, José Frederico. A Instituição do Júri. Ed. Atualizada. Bookseller, Campinas, 1997.

²⁸ VOLTAIRE, 1694-1778. O Preço da Justiça. Tradução Ivone Castilho Benedetti, São Paulo, Martins Fontes, 2001, p. 4.

²⁹ Lenda contada no prefácio do livro “A Defesa Tem a Palavra”, de Evandro Lins e Silva.

PONTAROLLI, André Luis. FACHI Junior, Edson Luiz. A necessária preclusão da decisão de pronúncia para o julgamento no tribunal do júri: uma reflexão a partir do projeto de lei anticrime. In: Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet. Curitiba-PR. Ano XII, n. 20, jan-jun/2019. ISSN 2175-7119.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 16. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. Manual de Processo Penal e Execução Penal. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014

PITOMBO, Sérgio Marcos de Moraes. Pronúncia e o *in dubio pro societate*. Boletim do Instituto Manoel Pedro Pimentel, n. 17, jul-set. 2001.

PORTO, Hermínio Alberto Marques. Júri. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

RANGEL, Paulo. Tribunal do Júri: visão linguística, histórica, social e jurídica. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

STRECK, Lênio. Sobre “presunção”: ainda que estivesse certo, Barroso estaria errado. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2019-abr-04/senso-incomum-presuncao-ainda-estivesse-certo-barroso-estaria-errado>.

TORON, Alberto Zacharias. Disponível em <https://www.conjur.com.br/dl/toron-critica-ambicao-encarceradora.pdf>.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TUCCI, Rogério Lauria. Tribunal do Júri: estudos sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. Coord: Rogério Lauria Tucci. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

VOLTAIRE, 1694-1778. O Preço da Justiça. Tradução Ivone Castilho Benedetti, São Paulo, Martins Fontes, 2001.